



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **8 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 27 de janeiro de 2011

<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Greve de vigilantes expõe irregularidades na Marshall .....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Planalto não chega a acordo com centrais sobre mínimo .....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> DILMA TEM R\$ 68 BI PARA LICITAR ESTE ANO .....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E O AUMENTO DA INOVAÇÃO .....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Governo estuda elevar tarifa de mais itens importados .....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Discussão sobre mínimo terá 2ª rodada .....	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>RADIO CBN - MANAUS</b> Omar e Mercadante discutem investimentos na área do conhecimento científico .....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>EXTRA. GLOBO / NOTÍCIAS</b> Governo estuda elevar tarifa de mais itens importados .....	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u></b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>Greve de vigilantes expõe irregularidades na Marshall</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**Cerca de 120 funcionários estão sem receber. A empresa explicou que a demora no repasse dos salários acontece porque Suframa e Prefeitura não pagam os serviços prestados.**

**Manaus** - Cerca de 120 funcionários da Marshall Vigilância e Segurança se reuniram, nesta quarta-feira, 26 de janeiro, em frente à sede da empresa para reivindicar o pagamento dos salários atrasados. De acordo com os vigilantes, os salários que variam entre R\$ 850 entre R\$ 950 deveriam ter sido depositados no dia 07 de janeiro. A empresa argumenta que ainda não recebeu dos órgãos públicos a qual presta serviço.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes do **Amazonas** (Sindevam), Valderli Bernardo, acompanhou a manifestação na Marshall. Segundo ele, a empresa costuma atrasar o pagamento dos funcionários há quatro anos. “Eles (empresa) sempre demoram de 10 à 15 dias para pagar. Nunca protestamos antes porque procurávamos entender. Mas dessa vez, já se passaram 20 dias”.

Para Bernardo, a situação apresenta outros agravantes. Ele afirma que alguns funcionários ainda não receberam o 13º salário.

Bernardo relata que, diante da manifestação dos trabalhadores, a empresa aceitou pagar parte do salário aos presentes. Cada um recebeu, em espécie, R\$ 250. O presidente do sindicato afirma que a Marshall possui um efetivo de aproximadamente 1.100 vigilantes. Segundo ele, a empresa se comprometeu em pagar os funcionários restantes na quinta-feira, 28.

De acordo com o presidente do Sindevam, a Marshall ainda não definiu o dia de pagamento do restante do salário.

Questionada sobre as justificativas que a Marshall apresentou para o atraso no pagamento, o líder sindical diz que a empresa fala que ainda não recebeu das instituições à

qual prestam serviço. “Mas, nós fomos até os órgãos e empresas e vimos que tudo já foi pago”, afirma Bernardo.

#### **Empresa culpa órgãos públicos**

Em entrevista por telefone, o gerente da Marshall Vigilância e Segurança, Raimundo Sávio, confirma a falta de pagamento por parte das instituições públicas.


Sávio conta que, atualmente, a maior credora da empresa é a **Suframa**, que segundo ele, mantém faturas em aberto com a Marshall desde abril de 2010. Caso não haja pagamento, afirma Sávio, a **Suframa** pode chegar ao montante de R\$ 2 milhões em dívidas com a empresa de segurança. Sem receber, o gerente diz estar “de mãos atadas”.

#### **Suframa desmente Marshall**

Em nota, a assessoria de comunicação da **Suframa** diz que possui apenas três pendências com a Marshall. Segundo a superintendência, a fatura ainda não pode ser liquidada devido a irregularidades na própria empresa de vigilância. A **Suframa** ainda afirma que procurou a Marshall para sanar as pendências, mas não obteve resposta.

#### **Segue a baixo a nota da assessoria:**

“A empresa possui três notas fiscais de serviços, referentes a diferenças de repactuação e a serviços prestados no mês de dezembro de 2010, que ainda não foram liquidadas devido à situação irregular da empresa no Sistema Integrado de Cadastro de Fornecedores (SICAF). Tal situação irregular foi comunicada em pelo menos três notificações oficiais enviadas pela **SUFRAMA** à empresa, a qual até esta data ainda não solucionou as pendências, impossibilitando os pagamentos”.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Planalto não chega a acordo com centrais sobre mínimo</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**O governo manteve posição fechada ontem, em reunião com as centrais sindicais, de estabelecerem salário mínimo de R\$ 545 em 2011, "sem espaço para demagogias", mas acenou com a tendência de corrigir a tabela do IR em 4,5%.**

**Sindicalistas defenderam R\$ 580, mas reconheceram que o governo dificilmente passe de R\$ 550.**

**Governo e centrais não chegam a acordo sobre salário mínimo Planalto diz que não aceita conceder mais do que R\$ 545, mas acena com correção do Imposto de Renda em 4,5% Sindicalistas ainda defendem os R\$ 580, mas admitem que o governo não deve aceitar mais de R\$ 550**

**BRENO COSTA**

**VALDO CRUZ**

**DE BRASÍLIA**

O governo manteve posição fechada ontem, em reunião com as centrais sindicais, de um salário mínimo de R\$ 545 em 2011, "sem espaço para demagogias", mas acenou com a tendência de corrigir a tabela do Imposto de Renda na Fonte em 4,5% -núcleo da meta de inflação.

A informação foi passada ontem à imprensa pelo ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral), após o encontro de cerca de duas horas com os sindicalistas, no Palácio do Planalto, que terminou em impasse.

O índice do reajuste da tabela do Imposto de Renda é inferior à demanda das centrais -elas exigem 6,46%-, que representa a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) no ano passado.

Ao afirmar que "essa é a tendência" do governo sobre a correção da tabela, Carvalho ressaltou que o governo não vai vincular um eventual ajuste no imposto à negociação sobre o aumento do salário mínimo. "O

governo nunca falou em trocar uma coisa pela outra", disse.

Neste ponto, o governo manteve a proposta de R\$ 545, mas deixou indicado, segundo representantes das centrais, que o Congresso poderá ser o fórum para a discussão do valor final.

A proposta a ser enviada pelo governo ao Congresso será de R\$ 545, de acordo com o ministro.

O governo está amparado no cumprimento de acordo firmado com as centrais em 2007, pelo qual o reajuste do salário mínimo seria calculado sempre pela variação do PIB de dois anos antes, mais a variação da inflação do ano anterior.

Com o impacto da crise econômica de 2008 no PIB de 2009, o aumento previsto para este ano ficou aquém do que desejavam as centrais.

"Esse é um governo que cumpre acordos", afirmou Carvalho, usando o argumento central do governo para não ceder na questão do salário mínimo.

O governo também se comprometeu a enviar para o Congresso uma medida provisória formalizando a regra atual de reajuste até 2015.

### **NOVA REUNIÃO**

Ao final da reunião, da qual também participaram o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, e o ministro Carlos Lupi (Trabalho), os sindicalistas mantiveram a defesa dos R\$ 580, mas reconheceram reservadamente que o governo dificilmente passará de R\$ 550. E devem aceitar este número final.

As centrais estão dispostas, inclusive, a desistir o aumento adicional do reajuste previsto para 2012, que deve ficar entre 12% e 13%.

O terceiro de ponto de reivindicação dos sindicalistas -o aumento de 10% para os aposentados-

acabou ficando em segundo plano na discussão de ontem.

Uma nova reunião foi marcada para a próxima quarta-feira, dia 2, já na esteira do resultado das eleições para as presidências da Câmara e do Senado.

No topo da pauta, segundo os representantes das centrais, estará justamente a discussão sobre a correção da tabela do IR, que os sindicalistas já encaram como o ponto mais viável de negociação com o governo.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>DILMA TEM R\$ 68 BI PARA LICITAR ESTE ANO</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Samantha Maia | De São Paulo

A presidente Dilma Rousseff terá R\$ 68 bilhões em projetos de infraestrutura a serem licitados em 2011, herdados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Sem contar os setores de saneamento e habitação, são 43 grandes obras na área de transportes, energia, aeroportos e portos, que estão com os editais em preparação - algumas com licitações marcadas, como o caso do trem de alta velocidade (TAV) Rio-São Paulo. Dificuldades com licenças ambientais e intervenções do Tribunal de Contas da União (TCU) estão entre os maiores entraves encontrados para os projetos, alguns há anos na fila para serem lançados.

A terceira etapa de concessões de rodovias (trechos da BR-040 e da BR-116, em Minas), um investimento de R\$ 6,3 bilhões, era esperada para o começo de 2009. Segundo a Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), a licitação só depende da aprovação dos estudos pelo TCU e da liberação pelo Ministério dos Transportes. O TCU rejeitou os custos apresentados pela ANTT no início de 2009. Desde então, o tribunal tem exigido novos ajustes, entre eles o desconto dos valores já investidos pelo poder público e a elaboração de projetos básicos de engenharia, além da realização de novos estudos de fluxo de tráfego.

Houve reunião técnica entre o TCU e a agência em outubro de 2010. A ANTT encaminhou novos documentos em dezembro e deve entregar outros, segundo o TCU. Não há prazo definido para a conclusão.

O período de concessão é de 25 anos, e as licenças ambientais devem ser obtidas pelos futuros concessionários.

O trem-bala Rio-São Paulo, investimento de R\$ 33 bilhões, teve a licitação adiada, de novembro de 2010 para 11 de abril deste ano. Os consórcios interessados pediram mais tempo para que pudessem realizar estudos. Apesar dos questionamentos da iniciativa privada em relação aos riscos de demanda e custo, a ANTT diz que o projeto, já aprovado pelo TCU, não será alterado. A concessão é por 40 anos.

Um empreendimento que está enfrentando questionamentos do TCU é a dragagem do porto de Vitória (ES).

A licitação do projeto de R\$ 115 milhões foi realizada no começo do ano passado, mas o processo foi suspenso a pedido do TCU, que indicou sobrepreço nos valores indicados no edital. A Secretaria de Portos cancelou o contrato existente e está revendo os valores do projeto. O edital deve ser publicado novamente entre fevereiro e março deste ano. A dragagem ampliará a profundidade de 6,5 metros a 11 metros para 14 metros.

No transporte sobre trilhos, a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), de R\$ 6,4 bilhões, é uma das apostas do governo **Governo Governo Federal**. A Valec, estatal responsável pelo projeto, já entregou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) ao Ibama e abriu concorrência para o projeto executivo. A expectativa é que a licença ambiental saia em março, e as obras possam ser concluídas em 2014. O governo pretendia iniciar as obras ainda no ano passado, mas o licenciamento ambiental demorou.

A ferrovia começará a ser construída pela cidade de Campinorte (GO), onde se integra à Ferrovia Norte-Sul, até Lucas do Rio Verde (MT), trecho de 1.040 quilômetros. Nessa etapa, o investimento previsto é de R\$ 4,1 bilhões. O segundo trecho da obra (R\$ 2,3 bilhões) seguirá de Lucas do Rio Verde até o município de Vilhena (RO), com 598 quilômetros de malha.

A Ferrovia de Integração Oeste-Leste, que vai dos municípios baianos de Ilhéus (BA) a Barreiras (537 km), deve ter o último trecho licitado neste ano, de Barreiras a Figueirópolis (TO). A Valec está preparando os estudos de impacto ambiental, e a previsão é que saia até 25 de fevereiro. Do investimento total de R\$ 6 bilhões, R\$ 4,2 já foram licitados.

Outros projetos ainda estão em fase de elaboração, como o Rodoanel Norte, aos cuidados da Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo, e as obras de ampliação do aeroporto de Viracopos, em Campinas, sob responsabilidade da Infraero. O estudo de impacto ambiental do Rodoanel Norte (R\$ 5 bilhões) está em consulta pública. O material da estatal **Desenvolvimento** Rodoviário (Dersa) servirá para avaliação da Companhia Ambiental do Estado

de São Paulo (Cetesb) para emissão da licença prévia. O governo do Estado pretende licitar a obra neste ano.

Em Viracopos, são R\$ 737 milhões em investimento na adequação do atual terminal de passageiros e na construção de um novo. Os dois empreendimentos estão em fase de

elaboração de edital para contratação de projetos e obtenção de licenciamento ambiental. Os editais são esperados para ocorrer até o fim de março e término das obras está marcado para 2013.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>A DESDISTRITO INDUSTRIALIZAÇÃO E O AUMENTO DA INOVAÇÃO</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Luís Felipe Giesteira**

**A quarta Pesquisa Distrito Industrial de Inovação Tecnológica (Pintec) foi alvissareira para os responsáveis pela política de inovação tecnológica brasileira. Ao mesmo tempo trouxe dilemas instigantes, cuja elucidação determinará avanços adicionais.**

Depois de renitentes sinais de ineficácia dos esforços que o governo **Governo Governo Federal** e os estaduais vinham realizando desde 1999 para incrementar o esforço tecnológico das firmas brasileiras - e assim aproximá-las dos padrões competitivos típicos dos países desenvolvidos -, sólidos indicadores de avanços foram logrados. Curiosamente, esses avanços se dão em um momento em que crescem as evidências de decadência relativa da indústria de transformação, tanto no que refere a sua importância na economia quanto a sua força frente à concorrência externa.

O patamar de firmas inovadoras atingiu 38,6% (38,4% apenas nas atividades manufatureiras), contra perto de um terço nas Pintecs anteriores e 39% na média da União Europeia. O aumento significativo na proporção de firmas que inovaram em relação a todo mercado nacional, de 5,38% (4,97% entre as manufatureiras) para 6,80% (6,47%) do total, faz esse resultado ainda mais notável.

Coerentemente, o gasto empresarial em pesquisa e **desenvolvimento** (P&D), expresso como proporção da receita líquida de vendas, passou de 0,85% para 0,93% (0,66% para 0,75% na indústria de transformação).

Pode-se utilizar essas informações para traçar comparações mais ilustrativas, já que o mais frequente internacionalmente é utilizar a relação entre P&D e Produto Interno Bruto (PIB).

Cruzando-as com as contas nacionais, pode-se estimar o P&D empresarial não universitário em 0,58% do PIB brasileiro de 2008. Como o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) calcula que outros 0,03% sejam realizados por empresas não compreendidas pela Pintec, é bastante provável que o setor empresarial brasileiro tenha se aproximado da marca cabalística de mais de 50% do P&D realizado no país, já que o total do P&D público atingiu 0,58% do PIB em 2008.

Sucesso criativo está concentrado em poucos setores, química pesada, inclusive refino de petróleo, e transporte. Ademais, ao perfazer algo como 1,19% do PIB (o Ministério estima 1,24% em 2009), o Brasil afasta-se significativamente do patamar típico de países **Distrito Industrial**mente frágeis, os quais muito raramente ultrapassam 1%, enquanto países avançados como a Itália, Espanha, Canadá e Noruega se situam pouco acima ou abaixo de 1,5%. Na verdade, apenas China e Brasil o fazem de fato (na medida em que a Rússia tem seu dado fortemente enviesado pelo seu relevante mas atípico esforço militar), já que Índia, Turquia e África do Sul gastam 0,84% do PIB em P&D e os países hispano-americanos mais desenvolvidos gastam pouco mais de 0,5%.

O que explicaria que, depois de um longo período de estagnação dos principais indicadores de arrojo tecnológico empresarial, finalmente tenhamos avançado? Em primeiro lugar, a significativa aceleração do crescimento econômico, a qual costuma estimular a inovação, sobretudo quando acompanhada de melhora das perspectivas a longo prazo e de aumento do investimento. Em segundo lugar, o veloz aumento da intensidade da política nacional de indução ao esforço tecnológico, recentemente avaliada como a segunda mais arrojada entre os países ocidentais. Por outro lado, é paradoxal o fato de que vem se assistindo a uma deterioração significativa e acelerada da competitividade da indústria nacional, ainda mais notável justamente nos setores de maior intensidade tecnológica.

A elucidação dessa conjunção de constatações díspares tem de ser buscada na peculiar situação de a indústria de transformação brasileira ser relativamente inovadora e arrojada tecnologicamente apesar de ao mesmo tempo ser (cada vez mais) frágil justamente nos setores que tradicionalmente mais investem em P&D e inovam.

Ocorre que o sucesso inovativo brasileiro está concentrado em poucos grupos de atividades: a química pesada (inclusive petroquímica e refino de petróleo) e material de transporte (inclusive aeronáutica). Esses dois conjuntos representaram mais de 60% de toda P&D **Distrito Industrial** brasileira em 2008 (contra 58% em 2005), em contraste com os menos de 25% nos países desenvolvidos.


Tal desproporção é explicada apenas em parte pelo fato de as empresas brasileiras desses setores serem excepcionalmente arrojadas (puxadas, sobretudo, pela Petrobras na química e pela Embraer em material de transporte). Na verdade, as firmas brasileiras dos setores que tipicamente mais executam P&D e inovam internacionalmente - farmacêutica, eletrônica, aeronáutica e equipamentos de precisão - também costumam esforçar-se tecnologicamente muito acima da média geral. O que faz peculiarmente "fora do lugar" a distribuição setorial da P&D e da inovação no Brasil é o fato de que a química pesada "expandida" e material de transporte - setores de intensidade tecnológica intermediária - respondem por elevada parcela do PIB **Distrito Industrial** brasileiro, ao passo que os setores tipicamente de elevada intensidade tecnológica não apenas são relativamente pequenos como estão perdendo participação no PIB.

Não há propriamente um paradoxo no fato de as empresas brasileiras estarem aumentando sua atividade tecnológica ao mesmo tempo em que cada vez mais nossa **produção** e nossas exportações são baseadas em bens de baixo conteúdo tecnológico. O que ocorre é uma disputa entre

duas forças em direções se não opostas claramente concorrentes, na qual uma - a arrojada política de inovação tecnológica que ora praticamos, beneficiada por um ambiente favorável aos investimentos - vem prevalecendo sobre outra - a perda de peso econômico e de competitividade da indústria de transformação, sobretudo em ramos de alta intensidade tecnológica.

Embora os resultados alcançados pela política de inovação tecnológica sejam salutares e apontem para uma aproximação entre nossa crescente **produção** científica (que deve alcançar 3% dos artigos indexados de todo mundo em breve) e nossa atividade empresarial, sua articulação com uma política **Distrito Industrial** norteada por critérios de intensidade tecnológica setorial acelerariam relevantemente sua efetividade econômica.

Luís Felipe Giesteira é especialista em políticas públicas e gestão governamental e doutor em teoria econômica pela Unicamp

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo estuda elevar tarifa de mais itens importados</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL


### Vivian Oswald

BRASÍLIA. Além de aumentar a tarifa de importação dos grandes supérfluos trazidos do exterior para o Brasil, o governo estuda elevar também a tributação de itens importados que concorrem com similares produzidos por pequenas empresas no país. A ideia é proteger setores frágeis da economia e preservar os empregos. Os técnicos do governo estão debruçados sobre a lista de tarifas de importação neste momento e devem pinçar os produtos que não pesam na balança comercial total, mas que geram empregos no país. É o caso de algumas empresas na **Zona Franca** de **Manaus** e na Região Sul, por exemplo.

A expectativa é que a Câmara de **Comércio** Exterior (Camex) vá anunciando aos poucos os itens cujas tarifas de importação sofrerão mudanças. Em sua última reunião de 2010, a Camex subiu as tarifas de importação de

ferramentas e moldes da indústria automobilística, dando uma pista de como pretende atuar daqui em diante. As empresas vinham comprando mais no exterior e prejudicando a **produção** nacional entre 40% e 50% nesses ramos.

A medida, porém, não terá impacto sobre os preços dos automóveis porque os custos desses componentes não têm peso relevante. A tarifa de ferramentas de embutir, estampar ou puncionar passou de 14% para 25%, e o percentual sobre moldes por injeção subiu de 14% para 35%.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Discussão sobre mínimo terá 2ª rodada</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Terminou sem avanços a primeira reunião entre o governo Dilma e centrais sindicais para discutir o aumento do mínimo. Foi marcada nova reunião, para 2 de fevereiro. O governo insiste nos R\$ 545; as centrais, em R\$ 580.**

**Primeira reunião entre centrais e governo Dilma termina sem avanços**

**Gilberto Carvalho defendeu acordo de 2007 sobre reajuste do mínimo**

**Chico de Gois e Luiza Damé**

**BRASÍLIA.** A primeira reunião formal entre o governo Dilma e as centrais sindicais para discutir o aumento do salário mínimo terminou sem avanços. Ficou acertada mais uma reunião, em 2 de fevereiro. O governo continua defendendo um mínimo de R\$545, e as centrais não abrem mão de R\$580. O aumento de 10% para aposentados não foi discutido. Mas o governo sinalizou com a possibilidade de reajuste de 4,5% na tabela do Imposto de Renda para pessoa física, abaixo dos 6,46% pedidos pelos sindicalistas.

A reunião foi coordenada pelo ministro da Secretaria Geral, Gilberto Carvalho, que defendeu o acordo feito entre o governo Lula e as centrais em 2007, estabelecendo o reajuste do salário mínimo com base na inflação mais a variação do PIB de dois anos antes. Gilberto afirmou que a política de reajuste do governo

garantiu ganho real para o mínimo de 62,4% entre dezembro de 2003 e dezembro de 2010:

- Temos honra dessa política. No espírito do acordo de 2007, estamos propondo esse reajuste que leva o mínimo a R\$545, entendendo que se trata de um período em que o PIB de 2009 teve queda, mas já sabendo que no ano que vem temos uma previsão, baseada no PIB de 2010, de um importante aumento, que pode chegar a 12%, 13%. Reafirmamos a inconveniência de mexer nesse acordo.

Mas os sindicalistas continuaram defendendo a necessidade de um aumento maior, sob o argumento de que todos foram atingidos pela crise econômica de 2008. E querem uma reunião com Dilma Rousseff.

- O governo apresentou a proposta de continuar a política do salário mínimo, com compromisso de mantê-la até 2015, mas queremos uma excepcionalidade para 2011 - disse o presidente da CUT, Artur Henrique.

- Ninguém de nós esperava que tudo seria resolvido hoje (ontem) - afirmou o presidente da Força Sindical, deputado Paulinho da Força (PDT-SP).

	VEÍCULO RADIO CBN – <b>MANAUS</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Omar e Mercadante discutem investimentos na área do conhecimento científico</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Manaus** (25/01/2011) – O governador Omar Aziz e o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, conversaram sobre a organização da cadeia da piscicultura para desenvolver a indústria do pescado no Estado, a criação da cidade universitária da UEA e de um grande Jardim Botânico na Reserva Ducke, além da reestruturação do **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)**, em reunião realizada na terça-feira (21/01). Omar e Mercadante conversaram sobre a realização de parcerias na área do conhecimento científico para agregar tecnologia à **produção** local e criar modelos de negócios capazes de desenvolver o Estado.

A reunião contou com a presença do secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Odenildo Sena, da diretora científica da Fundação de Amparo a Pesquisa do **Amazonas** (Fapeam), Maria Olívia, e da vice reitora da Universidade do Estado do **Amazonas** (UEA), Marly Guimarães, além do diretor presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Adalberto Val, e do diretor do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), Carlos Nobre. Segundo Carlos Nobre, está em estudo a implantação em **Manaus** de um escritório do instituto para incentivar o registro de patentes.

Omar elogiou o fato de o ministro ter assumido que priorizará a Amazônia como uma região estratégica para o Brasil e o mundo na área de pesquisa. “Nós sabemos que a Amazônia é um grande laboratório e o ministro tem essa sensibilidade. Ele sabe que para preservar temos que ter inovação tecnológica e para isso é preciso investimento. Nós só vamos poder gerar emprego e renda com o que nossas riquezas naturais nos oferecem com inovação e pesquisa”, disse o governador, ao ressaltar que a pesquisa deve ter caráter pragmático. “Temos que deixar o romantismo de lado e trabalhar com aquilo que agrega valor e gera oportunidade para o povo”.

Pescado – O governador e o ministro disseram que vão trabalhar juntos para que todo o conhecimento científico produzido no Estado tenha como foco principal o **desenvolvimento** de tecnologia e novos modelos de negócios. “Nós queremos que esse conhecimento que adquirimos agora vire emprego, oportunidade, renda para a população. O

governador é um homem que tem experiência administrativa, compromisso com o povo e pé no chão. Saímos daqui com varias parcerias para a gente arregaçar as mangas e ajudar a realizar”, disse Mercadante. Uma das prioridades será a piscicultura. “Precisamos de indústrias modernas, com logística capaz de jogar todo esse pescado no mercado nacional e global. Isso vai fortalecer o pequeno produtor”.

Segundo o ministro, a cadeia pesqueira será organizada, a exemplo do que aconteceu com a indústria do frango, de carne suína e pecuária bovina, que levaram o Brasil ao topo do ranking de exportação desses produtos. “Com assessoria técnica, orientação e mercado garantido para a **produção** podemos **Distrito Industrializar** o peixe produzido aqui”.

O governador Omar Aziz citou alguns exemplos que já vem sendo adotados no Estado nesse sentido. “Em breve vamos inaugurar duas fábricas de salga do pirarucu no interior, mas muito mais pode ser feito”. Citou ainda a **produção** de castanha e outros produtos extrativistas, como a juta malva e a borracha, que já recebem incentivos do Estado, mas que precisam de maiores investimentos.

Cidade Universitária – “Um sonho que vai se tornar realidade”, foi como o governador descreveu o projeto da Cidade Universitária, que será construída para a UEA. Será um complexo que vai agregar toda a estrutura da universidade, além de alojamentos, restaurante, biblioteca laboratórios entre outros espaços. Omar disse que vai contar com a parceria do Ministério da Ciência e Tecnologia para por o projeto em prática, mas também pretende buscar recursos em outras fontes de financiamento, como o BNDES e até na iniciativa privada.

Outro projeto discutido foi a transformação da Reserva Ducke num grande Jardim Botânico. A previsão do ministro é que a obra fique pronta para a Copa de 2014. “A ideia é que lá possa ser um local para atividades como arborismo e que o conhecimento de pesquisa da Amazônia esteja disponível de forma didática à população”.


Reestruturação do **CBA** – Durante a reunião tratou-se, ainda, sobre a reestruturação do **CBA**. “O Centro de Biotecnologia tem papel estratégico na região e a gente

espera que nos próximos anos ele possa fazer aquilo para o qual foi planejado e nos dar condições de ter o conhecimento exato daquilo que a gente pode usufruir”, destacou o governador.

Segundo o ministro Mercadante, está prevista uma reunião com os ministérios da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** para discutir o assunto. “Vamos discutir a criação de um novo Conselho Diretor, definir linha de pesquisa e melhorar as condições de financiamento para poder concluir os equipamentos necessários e montarmos uma equipe que tenha carreira, um plano de negócios e um plano de pesquisa.

O **CBA** pode ser um grande centro de pesquisa da biodiversidade e gerar muitas oportunidades para investimento e emprego na região”, disse o ministro, ao reconhecer que o centro está sub utilizado.

Sobre a vinda do escritório de patentes do Inpe para **Manaus**, o ministro afirmou que o assunto será discutido com o ministro da Indústria e **Comércio**, Fernando **Pimentel**. “Tem crescido muito o número de patentes na Amazônia e nós precisamos motivar os pesquisadores e cientistas a registrarem as patentes”.

	VEÍCULO EXTRA. GLOBO / NOTÍCIAS		EDITORIA
	TÍTULO <b>Governo estuda elevar tarifa de mais itens importados</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Vivian Oswald

**BRASÍLIA** — Além de aumentar a tarifa de importação dos grandes supérfluos trazidos do exterior para o Brasil, o governo estuda elevar também a tributação de itens importados que concorrem com similares produzidos por pequenas empresas no país. A ideia é proteger setores frágeis da economia e preservar os empregos. Os técnicos do governo estão debruçados sobre a lista de tarifas de importação neste momento e devem pinçar os produtos que não pesam na balança comercial total, mas que geram empregos no país. É o caso de algumas empresas na **Zona Franca** de **Manaus** e na Região Sul, por exemplo.

A expectativa é que a Câmara de **Comércio** Exterior (Camex) vá anunciando aos poucos os itens cujas tarifas de importação sofrerão mudanças. Em sua última reunião de 2010, a Camex subiu as tarifas de importação de

ferramentas e moldes da indústria automobilística, dando uma pista de como pretende atuar daqui em diante. As empresas vinham comprando mais no exterior e prejudicando a **produção** nacional entre 40% e 50% nesses ramos.

A medida, porém, não terá impacto sobre os preços dos automóveis porque os custos desses componentes não têm peso relevante. A tarifa de ferramentas de embutir, estampar ou puncionar passou de 14% para 25%, e o percentual sobre moldes por injeção subiu de 14% para 35%.